

# Panorama Linguístico de Timor

## Identidade Regional, Nacional e Pessoal

*Maria José Albarran de Carvalho*

*Instituto Camões e Universidade Nacional de Timor Lorosa'e*

A JOVEM REPÚBLICA SITUA-SE NUMA ILHA DIVIDIDA em 18 línguas nacionais, em harmonia com G. Hull (1998), que propõe a seguinte classificação provisória: i) um grupo A, integrado no *continuum* de Roti a Wetar, no que corresponde à parte ocidental, compõe-se do Dawan, com o seu dialecto Baiqueno; no sector central, da ilha, acrescenta-se o Tétum, com os seus dialectos Térik, Belu, Bekais, Praça ou Díli<sup>1</sup> e o Habu; a norte inclui-se o Raklungu ao lado do Rasuk e do Raklungy, assim como o Galoli, muito aparentado com certos dialectos de Wetar; e, para finalizar, na região oriental apresentam-se o Kairui, o Waimata, o Midiki e o dialecto Nauete: ii) um grupo B compõe-se das seguintes regiões: ocidental, com o Kemak (e o seu dialecto Nogo), o Tokodede (e o seu dialecto Keta); central, com o Mambae (e o seu dialecto Lolein) e oriental, com o Idaté e o Lakalei.

Há ainda cinco línguas – Bunak, com o dialecto Marae, Makasai, Makalero, Fataluku e Lovaia, com o dialecto Maku'a – que, não constituindo um grupo, partilham características com A e com B (id). Pode-se, além da notória diversidade, observar um forte apego intergeracional às línguas e às suas culturas tradicionais.

As 18 línguas, austronésicas ou não, apresentam ordens padrão maioritárias do tipo Sujeito, Verbo e Objecto, mas também Sujeito, Objecto e Verbo (por exemplo o Fataluku e o Bunak). Ainda consoante aquele linguista, (id), as preposições predominam, como traço geral e comum à maioria das línguas timorenses, verificando-se, paralelamente, uma inversão da construção genitiva (Timor oan), ao lado de uma agentividade prefixada (maksoin), da pos-posição de determinantes e do genitivo (labarik ida, ha'u nia aman). São línguas não flexionais, aglutinantes, do ponto de vista morfológico bem distantes do português.

Entre todas estas línguas, o Tétum funciona como língua veicular há muito, língua de comer-





cio, *lingua franca*. Quando se escolhe uma *lingua franca*, imposta por realidades históricas autónomas, caminha-se para uma unificação, quer dizer, para um perfil identitário desenhado entre a diferença linguística e a necessidade de uma unidade para intercomunicação. Assim se foi evoluindo para a prevalência de uma das variedades de Tétum, o de Díli. E o facto é que apenas entre população de Timor Lorosa'e se partilha este Tétum criouloizado, desconhecido de Timor Ocidental, onde circula o Tétum Belo e outro crioulo, do malaio.

Se o Tétum era uma *lingua franca* em séculos próximos, o Malaio já o era no XV e ressurgiu após 1976, aquando da invasão indonésia, ao ser imposto. Contudo, relativamente ao período mais antigo, A. Forbes (1887), a propósito da sua viagem de 1882-1883, diz-nos que o malaio não era falado... «*our amboina servants who had been with us in Timorlaut said they would willingly accompany us to any other island of the archipelago except Timor where their language was not spoken and the natives were so different...*» (apud G. Hull, 1998: 7). Portanto a interacção verbal decorria em português, sobretudo no Oecusse e em Lautem, mais precisamente nas regiões do Fataluku e do Baiqueno, onde o Tétum não estava muito espalhado. Era pois, fora destes dois extremos, que o Tétum servia de língua de comunicação inter-regional, ao lado da língua da religião e, mais tarde, do colonizador – o português.

Também se vem falando Hakka e cantonês, nos meios mestiços chino-timorenses sobretudo ligados ao comércio. O português tem sido falado por uma minoria de assimilados, como língua da escola, da administração, imposta na fase de colonização, mas e sobretudo, pelos cristãos, como língua da religião – que a divulgou via missões, desde os primeiros contactos dominicanos, anteriores à efectiva colonização.

É preciso reconhecer que a República criou

as primeiras escolas – até aí era unicamente a Igreja a responsabilizar-se pelo ensino – e introduziu o Tétum nas primeiras classes. Mais tarde, o exército colonial espalhou o Tétum, tal como o Português, para cimentar laços com a população timorense. Estes contributos foram significativos para maior desenvolvimento do Tétum e para o contacto entre ambas aquelas línguas.

A pesquisa das línguas nacionais pela Igreja (sobretudo com traduções do catecismo) e outros estudiosos, ou mesmo especialistas, permitiu a introdução de dicionários / vocabulários, gramáticas e textos afins nas seguintes línguas: Waimaha, Baiqueno, Bunak, Galoli, Tokodede, Mindiki, Mambae e, muito particularmente, Tétum. De acordo com G. Hull (1998), esta língua foi estudada por J. G. Lencastre (1929); MM Laranjeira (1932), A. B. de Sá (1961), A. Fernandes (1964). Em Díli, A. Tilman (1971-73) escreveu sobre o Tétum, em Tétum, na revista *Seara*. T. Marques estudou o Makassae (1990), após breve estudo de irmãos salesianos. A. Capell (1944) e H. Campagnolo (1979-80), centrados numa perspectiva científica, descreveram o Fataluku. Nota-se, do exposto, uma falta de estudos das línguas nacionais: poucas descrições linguísticas, poucas gramáticas e dicionários, quase nenhuma documentação escrita nessas línguas. Exceptua-se o Tétum, com dois manuais, dicionário e vocabulários, uma gramática, que, embora editadas na Austrália (G Hull) e em Portugal (L Costa), ainda de pequena tiragem, correspondem à necessária base de padronização ortográfica e de materiais para o ensino. Nesta língua, há alguma literatura publicada, muitas vezes bilingue, tanto propriamente literária – lendas, cancionero, poesia, oratória – como informativa – artigos de jornal, textos de ONG, algumas circulares e avisos, etc. – e apologética, nomeadamente de ordem religiosa, v.g.: catecismo, missal, cânticos litúrgicos, Bíblia.

Portanto, antes da invasão indonésia, o

< página anterior:  
Fotografia de Elaine Brière. Fundação Austronésia  
Borja da Costa.



Tétum era língua de comunicação e não apenas o Português, de menor circulação. Depois da invasão, o Tétum espalhou-se por quase todo o território e ocupou o lugar do Português como língua da religião, com a tradução do Ordinário da Missa, feita em Março de 1980. A Igreja tornou-se a muralha da integridade cultural que, com a tradução de vários textos sagrados<sup>2</sup> beneficiou o estatuto do Tétum-Díli, impregnando-o de léxico das variedades Térík e Belu, o que resultou numa variedade literária daquela língua crioulezada, reconhecida por ampla maioria como língua veicular, oral e escrita<sup>3</sup>.

É preciso não esquecer que o Tétum-Díli é meio de comunicação inter-regiões há muito – um crioulo para G. Hull (2000: 8). A população timorense, de pluralidade linguística, aceitou o

Tétum e preservou, como laço de comunicação familiar as outras 17 línguas anteriormente enumeradas, quer dizer, manteve «a integridade cultural» do país, defendida por G. Hull (2000). Todas as propostas deste sociolinguista vão no sentido de um «programa linguístico inclusivo» (id), que exclui a manutenção do Malaio, língua oficial até ao *referendum*, ou a sua substituição pelo Inglês, uma vez que um e outro ameaçam as línguas nacionais. É preciso aprender tais línguas, obviamente, pois elas são indispensáveis na região e no mundo actual, mas sem o estatuto de línguas oficiais. Segundo o mesmo linguista, recuperar a antiga língua, inicialmente da religião e depois do colonizador, como co-oficial, ao lado do Tétum-Díli, seria a melhor opção, do ponto de vista da pre-



servação deste último. Portugal está bem longe e as ambições imperialistas ou neocolonialistas não se podem concretizar, sendo país economicamente tão fraco, na presente teia de poderes internacionais.

Além disto, está-se perante o *déjà vu* da questão das línguas, tão debatida a respeito da situação linguística africana e da qual se salienta a defesa, veementemente feita pela UNESCO, da alfabetização e primeiros anos de escolaridade nas línguas nacionais – critério a ser seguido neste jovem país. As línguas oficiais não devem: i) esmagar a diversidade linguística do país; ii) reduzir o poder comunicativo do Tétum, língua co-oficial a partir da Assembleia Constituinte.

Foram estas as principais razões que levaram o CNRT (2000) e a Assembleia Constituinte (2001-2002) a adoptar o Tétum e o Português

como línguas co-oficiais, no fito da afirmação de um perfil identitário autónomo.

Reconhece-se um significativo papel do Português na génese da identidade cultural nacional e pessoal (G. Hull, 1998; 2001). Eis, em síntese, as causas:

– trata-se de língua falada por 11% da população (percentagem da UNTAET; pois na óptica do efectivo funcionamento das redes comunicativas, cerca de metade...), mas os poucos falantes encontravam-se espalhados por todo o território e, sobretudo, foi a língua da resistência, rede comunicativa de maior valor simbólico. Os documentos internos, externos e mesmo pessoais, dos combatentes, o morse, as palavras de ordem, cartas, notas pessoais, poemas, etc., utilizaram prioritariamente o Português (70-80%), seguido pelo Tétum (cerca de 20-

30%, partilhados com escassos textos noutras línguas nacionais ou em inglês, quando de índole internacional). Dados reais, mesmo sendo a língua do resistente diversa destas...;

– língua da celebração do culto até 1980, mantém-se em alguns hinos, certas fórmulas da liturgia e deve à Igreja, responsável por toda a escolaridade até 1912, e pela sua maior parte, após tal data, a disseminação existente na actualidade;

– é a língua dos nomes próprios e apelidos de, respectivamente, 98% e 70% dos timorenses. O nome é fundamental nas sociedades tradicionais como a timorense, na qual o parentesco – laço de ligação entre os vivos e destes com os mortos – é forte. Neste contexto, é frequente escutar a sucessão das gerações passadas, recitada pelos *lia na'in* (mestres ou senhores da palavra). Ora, embora haja um sistema paralelo de nomes nas diferentes línguas nacionais – para

os primeiros dias, relacionáveis com a natureza por altura do nascimento, etc., nem sempre esquecidos ao nível familiar – registam-se os nomes e apelidos portugueses. Os primeiros são a marca do baptismo, havendo alguma manutenção de apelidos das línguas nacionais. Curioso é ouvir, aos *lia na'in*, uma listagem de nomes vindos de antepassados chegados do mar, dos ares, de barco, de tronco, de crocodilo, de tartaruga, de milhafre, da lua, das estrelas e, paralelamente, recolher afirmações no sentido de o «*Português ser uma língua que os nossos antepassados também conheceram*», através da qual, «*do mar nos chegou a religião*» – tradição mais recente, os nomes portugueses são também honrados;

– a toponímia das grandes vilas e da capital, tal como a dos edifícios públicos, construídos durante a colonização portuguesa (Mercado Municipal, Estádio, Matadouro, Escola do Reino



de Venilale, Posto Administrativo, etc.) conservam as primeiras designações;

- é uma das línguas da minoria letrada, que, conhecedora do Malaio, publicou sobretudo em Português e Inglês;

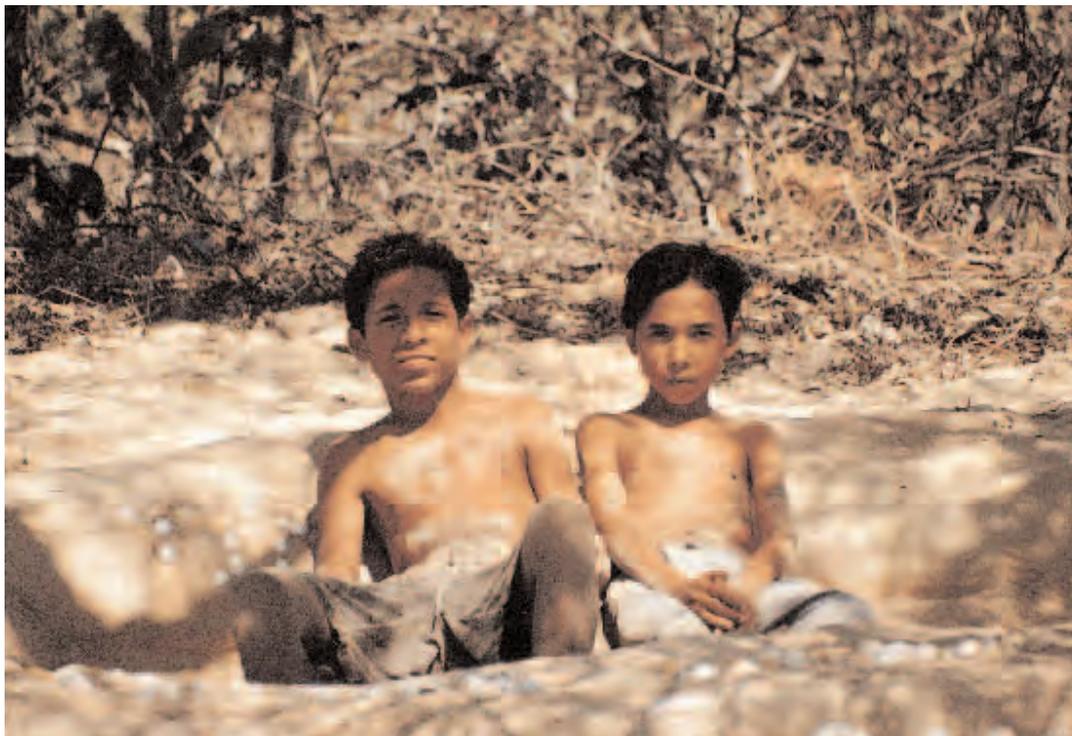
- é a língua de considerável quantidade de documentos administrativos e paroquiais (salvos da destruição pós *referendum*);

- trata-se de uma variável do Português que se demarca do Português Europeu Contemporâneo, numa identidade lexical, fonológica, etc., muito própria. No tocante ao léxico, a variação é visível sobretudo ao nível dos campos lexicais da alimentação, da bebida, dos pesos e medidas, dos instrumentos de trabalho, da música, das tradições, da flora e da fauna;

- constitui fonte de empréstimos do Tétum, cujas variedades actuais e mais, ainda, o

Tétum-Díli, um crioulo, apresentam enriquecimentos fonológicos derivados da fonética portuguesa. Destacam-se os campos lexicais da religião, da política e da resistência, da administração, do exército, da alimentação, da escola, da habitação, entre outros, incluindo os nomes de parentesco, como formas de tratamento (irmão, mana, tio, avô), facto notável;

- trata-se da língua cujo contributo foi prioritário como base lexical do crioulo de Bidau. Segundo o Vigário Geral, na sua correspondência com H. Schuchard, a pedido do famoso crioulista, o crioulo de Bidau era de uso generalizado em 1885 (*apud* A. Baxter:1990). Aquela língua é, todavia, referida como *português corrompido*, como era habitual, à época, entre eruditos não especializados em filologia. Adiante se desenvolve a hipótese de outros



© XAVIER CUSATO

crioulos, da mesma família, a dos crioulos asiáticos de léxico português, terem estado ligados à génese cultural de Timor.

Algumas precisões relativas à questão dos nomes se julgam interessantes, por causa do seu significado na génese da cultura nacional, nomeadamente, na vertente da identidade pessoal.

São nomes próprios e apelidos totalmente diferentes dos correntes na actualidade de todos os países da CPLP: i) nomes de santos; ii) nomes bíblicos ou de algumas congregações religiosas (Nicodemo, Canossa, Carmelita); iii) nomes comuns na idade Média ou no Renascimento (Sancha, Urraca, Remígio, Brites, Xisto / Dirce, Alarico, Eleutério, Domingos, Valente); iv) diminutivos registados como nomes próprios (Anita, Abete, Aguido, Tó Zé), por vezes com reforço morfológico da marcação de afectividade; v) nomes resultantes de cruzamento ou siglação e criativamente registados como próprios (Nelida, Agusmanto, Rosalino); vi) apelidos promovidos a nomes (Guimarães); vii) apelidos de religiosa quando se trata de nascimento difícil (Graça, Baquita, Jesus, Auxilia).

Rareiam os patronímicos. Nomes criados durante os séculos XI-XIII, alguns formados cerca do século X, antes e depois da formação do Condado Portucalense, constituem o acervo de nomes mais antigos e dominavam particularmente no norte de Portugal. Os únicos identificados em Timor, no universo considerado – pautas de inscitos de todos os níveis de ensino, de Lautém, Oecusse e Díli (total próximo dos 10 000) – foram, por ordem decrescente de frequência: Soares, Gonçalves, Fernandes, Nunes, Lopes, Henriques, Gomes, Marques, Martins, Rodrigues, Alves, Mendes, Guterres, Ximenes, Moniz, Sanches. São mais ou menos 1% dos nomes estudados (M. J. Carvalho, 2002; direcção de pesquisa de licenciandos da UNTL, 2002). Ou

os apelidos portugueses provêm do sul, ou de famílias mais recentes, o certo é que não abundam patronímicos.

Vejam-se os apelidos actuais, com base na referida amostragem do universo de inscitos nos diferentes graus de ensino, começando no Oecusse e seguindo o percurso inverso ao dos portugueses e topazes de quinhentos – Oecusse, Malaca-Singapura, Flores – itinerário realizado há um ano pela autora (M. J. Carvalho, 2002), para verificar relações entre os antropónimos mais frequentes.

Por ordem alfabética, os apelidos são, no Oecusse, e tal como aparecem redigidos: Abreu, Agosto, Amaral, Araújo, Barreto, Batista, Boavida, (de) Carvalho, Conceição, Correia, (da) Costa, (da) Cruz, Cunha, Docarmo, Dapaixão, Dorosário, Dasilva, Defátima, Faria, Fátima, Fernandes, Ferreira, Freitas, Gama, Gonçaves, Gonzaga, Guterres (italianismo / castelhanismo), Jesus, Lopes, Lopo, Manta (Mântua?), Marques, Marquês, Martins, Melo, Mendonça, Mesquita, Mota, Noronha, Nunes, Pereira, Pinto, Ramos, Reis, Remédios, Ribeiro, Rodrigues Rosa, Rosário, Sacramento, (dos) Santos, Seixas, Sequeira, Soares, Sousa, Trindade, Valente, Vaz, Xavier, Ximenes. Os mais frequentes estão sublinhados.

Saltando para a fonte dos *casados* – aqui conhecidos por topazes, originários de Malaca, vindos com as várias séries de missionários e mercadores aportados a Lifau – os antropónimos listados, como tipificadores da comunidade cristã de Malaca, por A. Rego (ed. 1998: 292), encontram-se entre os mais frequentes (M. J. Carvalho, 2002) no Oecusse de hoje, a saber: 1) Apelidos: Abreu, Amaral, Alves, Araújo, Baptista, Carvalho, Conceição, Costa, Cruz, Dias, Fernandes, Gama, Lopes, Melo, Noronha, Nunes, Oliveira, Pereira, Pires, Rodrigues, Rosário, Sequeira, Silva, Sousa, Vaz) Primeiros nomes: Agostinho, Francisco, Lázaro, João, Maria, etc.

Destacam-se outros, raros no Oecusse mas, assim como os anteriores, frequentes em Díli – naquela mesma área populacional, a dos inscritos nos cursos em realização: Amaral, Albuquerque, Almeida, Andrade, Araújo, Gomes, Lobato, Lobo, Machado, Monteiro, Neto, Pestana, Pinto, Ribeiro, Sacramento, Santa Maria, Teixeira.

Socorre-se a eventualidade de relação, aqui proposta, de vários argumentos históricos, a consultar na vasta obra de historiadores como L. F. Thomaz, B. de Sá, e em documentos de ordens religiosas, nomeadamente dos dominicanos, franciscanos, jesuítas, dos séculos XVI a XVIII, que constituem fontes relativamente às deslocações de comunidades de cristãos – portugueses, euro-asiáticos e asiáticos – de Malaca para Solor – Adonara – Flores e desta ilha para Lifau.

Também se percorreram os cemitérios de Pante Macassar e Oessilo (Novembro de 2000 a Março 2001), para confronto da antroponímia encontrada com a registada nos das Flores (Larantuca, Sikka, Maumere), Malaca e Singapura, em trabalho de campo realizado entre 16 e 20 de Abril de 2001, para censo das inscrições tumulares nas localidades indicadas.

Afirma-se, após o percurso indicado:

i) que a afinidade antroponímica de Malaca com o Enclave do Oecusse, no presente, passa pelas Flores, onde a autora acabou de verificar a preservação de apelidos como: (da) Cruz, Fernandes, Pereira, (do) Rosário, Sequeira, (da) Silva, (de) Sousa, Vaz. Estes são igualmente comuns a Singapura e até a Goa, onde se encontram outros, comprovadamente conservados até à actualidade, por recolha da autora em Goa-Pangim (Maio 1993).

ii) que os antropónimos comuns às Flores (Larantuca, Sikka, Maumere) e ao Oecusse são: (de) Carvalho, (da) Costa, (da) Cunha, Gama, Gonçalves, Jesus, Lopes, Martins, Pinto, Ribeiro, Xavier.

iii) que persistem em Malaca, tal como no Oecusse, sendo os sublinhados comuns aos das

Flores, os apelidos: (da) Conceição, (da) Costa, Lopes, Lobo (Lopo), Melo, Noronha, Nunes.

iv) que sobrevivem em Singapura<sup>4</sup>, tal como no Oecusse – os itens sublinhados ecoam as anteriormente mencionadas comunidades cristãs – os apelidos: Abreu, Gonçalves, Nunes, Pinto, Rodrigues, Rosa.

À excepção de Malaca, onde apenas os túmulos posteriores a 1970 foram analisados face à rigorosa listagem de A. Rego da década de sessenta (Reed, 1998; 1968: 292), nos restantes cemitérios procedeu-se ao levantamento da totalidade dos sepulcros<sup>5</sup> do século XX. Se os antropónimos, nomes e apelidos, se mantêm nas inscrições tumulares deste período é porque estão vivos, de inquestionável maior / menor produtividade naqueles grupos populacionais. E permanecem em todo o eixo, Malaca-Singapura, Flores-Oecusse, Díli (e não só pois dos indivíduos inscritos na capital só 10% são dela originários...). A identidade pessoal, de que o nome é uma das expressões, passa por apropriação de língua alheia, o Português e, ainda que situada no referido eixo asiático, dele difere, nitidamente, pelo nome próprio mais arcaizante.

Fale-se um pouco dos topazes. Designação que, numa língua indiana, significa bilingue, eram *casados*, i.e., resultantes da política de mestiçagem iniciada por Albuquerque, em Goa, transplantada para Malaca, onde proliferaram estes euro-asiáticos, cada vez mais distantes do reino e espalhados pela Insulíndia. Bilingues, comerciantes, aventureiros e mercenários, assim globalmente caracterizados por L. F. Thomaz (2001: 44-5), estes topazes asseguraram sucessivas capitánias, no século XVII, de Solor e Timor, com residência obrigatória nesta última ilha, nomeados pelos frades dominicanos e o capitão de Malaca, até ser imposto o primeiro governador português (1702), em sintonia com o mesmo historiador (2001:48).

À mencionada comunidade topaze pertenciam os que acompanhavam missionários, mercadores, etc., às Malucas (fortalezas de Ternate, Tidor), às Celebes ou Macassar, a Ambom (fortaleza de Ambom), segundo Fr. Paulo da Trindade na sua *Conquista Espiritual do Oriente*, escrita pelo primeiro quartel de seiscentos, não sendo mencionado o acompanhamento por intérpretes, como o autor procede, por exemplo ao escrever sobre Sumatra, e as deslocções para a fortaleza de Pacém (Pero Fernandes segue com esse cargo, comprado por largos meses, facto que indicia o interesse em ser intérprete e faz pensar por que razão não se mencionam os que acompanharam as viagens para os fortes a oriente de Malaca). Em viagens atribuladas, apoiam os missionários que procedem a pregações e baptismos, estabelecem missões, edificam igrejas e fixam-se nos litorais, sempre em contacto com outros navegantes. São intermediários entre estes forasteiros – portugueses, espanhóis, chineses, árabes – e os povos do interior das ilhas, cujas praias ocupam, bem longe do Reino e euro-asiáticos cada vez mais asiáticos. Interpõem-se nas relações com Holandeses, permitem a coexistência com outras civilizações, ocidentais e orientais, outras línguas e culturas, aos povos interiores, ligados ao campo, caça e mineração.

O seu papel na língua usada em Lifau, decerto o antepassado do crioulo de Bidau, para onde se deslocou a capital nos fins de setecentos, foi essencial. J. Esperança (2001: 27-ss) argumenta, linguisticamente, com os genitivos semelhantes aos de todos os crioulos asiáticos de base lexical portuguesa, marcados pela «repetição do pronome da terceira pessoa do singular», v.g.: *Bos as Kaza* (Malaca), *Antonio sua bufalo* (Português corrompido ou crioulo de Bidau). A estas regularidades, acrescenta o autor a similar construção do Tétum-Díli, v.g. *Antonio nia karau*, considerando-a prova de influência do



crioulo de Bidau. Aqui se reforça o argumento linguístico aduzido, com a realidade de não serem identificados os intérpretes das deslocções entre os mencionados fortes e suas comunidades de intermediários e portugueses, muito provavelmente eles não existiram por não serem precisos, dado que toda a comunidade usava crioulos do português e/ou do malaio, entendendo-se com outros euro-asiáticos – da mesma comunidade, de comunidade aparentada e evacuada ou indivíduos que mudavam de fidelidade consoante o «necessário» – ao serviço dos

holandeses, já que o neerlandês divergia muito das línguas em contacto na região e dos respectivos crioulos, não tendo havido política de missionação holandesa a, simultaneamente, divulgar-lhes a língua. A este respeito, M. J. Schouten (1997: 254) afirma que «*Si un grand nombre de burgers moluquois avaient des noms de famille portugais, leur langue était le malais – du moins avec de nombreux éléments portugais. L'influence linguistique du portugais n'était donc pas aussi grande que dans d'autres parties de l'archipel, où une langue créole fondée sur le portugais devint lingua franca, comme par exemple à Solor et Malaka*». Aquela historiadora fornece dados suficientes para confirmar a hipótese, aqui adoptada, de os topazes terem sido veículo de disseminação de um crioulo, o de Solor (são missionários, portugueses, goeses, malaqueiros e depois topazes os capitães de Solor e Timor durante todo o século XVI e XVII), provavelmente o mesmo de Malaca, ou seu derivado, que chega a Lifau com vagas de Larantuqueiros, de Larantuca e Ende – para onde a comunidade euro-asiática de Solor é evacuada após a vitória dos muçulmanos.

A verificar-se esta hipótese, a génese do próprio Tétum-Díli decorre das anteriores experiências de uso de *linguae francae* e de criouliização, cultura linguística própria da Insulíndia, mantida no Oecusse, alastrada a Timor Oriental com a mudança da capital para Díli, e conservada até ao presente. Apenas se divergiu com a substituição do crioulo de Bidau pelo Tétum-Díli – a identidade nacional exprime-se numa tendência criouliizante paralela ao convívio com línguas estranhas e preservação das restantes línguas nacionais. A política linguística definida pela direcção do país respeita, reflectindo-o, este perfil identitário.

M. J. Schouten (1997: 247) aponta, ainda, a dimensão linguística dos contactos culturais resultantes do comércio na Ásia do sudeste. Des-

taca as *linguae francae* do arquipélago, nomeadamente o *pasar melayu* (Malaio dos mercados, do bazar), os crioulos de base lexical portuguesa e o próprio Português que, aliás, povoa de lusismos o *pasar melayu*. Desenvolve, como exemplo, o caso de Manado (posteriormente Minahasa), a nordeste das Celebes ou Macaçar (hoje Sulawesi), onde se expandem, no século XVI, vigorosas influências culturais exteriores, espelhando uma projecção de Ternate, nas já então Molucas. O eixo Malaca, Ambom (como escala segura) e Ternate, preferido pela navegação ao serviço dos portugueses até 1575, data da perda daquela fortaleza, mantinha a ligação entre os fortes daquele arquipélago e respectivas comunidades. Cada forte aglomerava pouco mais de centena e meia de indivíduos, sobretudo euro-asiáticos, distribuídos por cerca de duas dezenas de casados, com esposas e filhos, conhecidos por *orang merdeka*, «*estrangeiros negros livres*» «*burgers*» e «*borgos*» (id: 252), pelos malaios, holandeses e população autóctone das ilhas em questão, e que integravam ainda chineses e escravos e / ou servidores de diversas origens, também euro-asiáticas – alguns do actual Sri Lanka – mas até africanas, etc. Ocuparam, ao longo dos tempos, posições estratégicas nas fortalezas de Malaca, Ternate, Tidore, Ambom, Manado, como em Solor, Ende, Lifau.

As populações locais habituaram-se a conviver com as sucessivas chegadas, de todos os lados, destes grupos que «*se mélangeaient biologiquement et culturellement*» (id: 253). Eram cristãos, mais ou menos *sui-generis*, consoante a presença de missionários, eles próprios portugueses ou espanhóis, ou já igualmente euro-asiáticos de Goa. Falavam *bahasa pantej* (id: 257), um Malaio distinto do padrão da época, de léxico largamente tributário de empréstimos do português, muito próximo da variedade de Malaio de Ternate – onde florescera idêntica comunidade euro-asiática em torno de forte português. A eva-



cuação de Ternate, para Ambom e Manado, reforçou o uso da *bahasa panteij* ao lado do crioulo de base lexical portuguesa. Também referido como Malaio-Português, aquele crioulo estendia-se de Madagáscar até às Filipinas, e, de apogeu em meados do século XVIII, só no século XIX é preterido pelo Malaio, resistindo entre o povo, sobretudo o de origem mestiça, descendente das comunidades agora em referência (De Vries *apud* L Thomaz, 1983).

A historiadora demonstra que, nos fins do século passado, tinha alastrado, em Manado, uma *lingua franca* usada nos contactos da população do interior com a comunidade intermediária fixada nas vilas costeiras, junto à fortaleza. Apresenta também a influência desta sobre as línguas autóctones. Frequentemente usados como intérpretes da Companhia Holandesa das Índias Orientais, os euro-asiáticos desenvolve-

ram as suas potencialidades de mediadores entre os do interior – do campo e da caça – e os do exterior europeus, árabes, chineses ou também euro-asiáticos – ocupados no comércio. Eram o ponto de contacto entre religiões diferentes, culturas diversas (id: 559-260), factor que lhes conferia posição relevante na vida em torno da fortaleza.

A proximidade da fortaleza espanhola de Manila e a multiplicação da missão não só apoiou esta, como as outras comunidades espalhadas pelas não totalmente isoladas ilhas da zona, semelhantemente reforçando os topazes – designação preferida no espaço timorense, desde a fixação de euro-asiáticos em Lifau<sup>6</sup>, para estas comunidades. Tal como, posteriormente, estes topazes, aqueles tinham deveres de milícia na protecção costeira – recorde-se a pirataria da época – em apoio aos capitães dos fortes, de



© YANAWA GUSAWO

larantuqueiros) e de Timor. A queda da fortaleza de Manado, primeiro para as mãos de holandeses, depois por estes perdida, constituiu causa de vagas de migrações das Celebes, também designadas Macassar, para Timor, de cuja proximidade há consciência, testemunhada pelas referências em lendas, outras tradições orais e, entre mais, pela toponímia – v.g.: Pante Makasar, centro contemporâneo do Oecusse, na praia, a 5km de Lifau.

Era um grupo já criouliizado, utente do *bahasa panteij*, malaio em criouliização, com recurso a léxico português – o mencionado Malaio-Português – que, a pouco e pouco foi sendo absorvido pela comunidade já existente, onde deveria predominar uma variedade do crioulo de Malaca, em eventual variação desde Solor. Se, em Ambom os holandeses conseguiram fazer predominar a *bahasa panteij*, em detrimento do anterior crioulo do português, o mesmo não sucedeu em Tugu, nos arredores da Batávia, onde ainda na actualidade existe um crioulo asiático do português, então de tanto vigor que as próprias crianças holandesas o falavam com os serviçais (De Vries, *apud* L. F. Thomas: 1983). Os crioulos do Malaio, abundantes no arquipélago, são múltiplos: Banda, Larantuca e Manado; Ambom (nesta variedade, é a comunidade cristianizada a que mais termos portugueses conserva) e Cupam. Conforme T. Setjadinigrat e R. Kumudawati (2001: 62-67), que não estudaram os três primeiros, estes últimos têm forte procedência portuguesa, tendo o de Cupam ocupado o espaço do vernáculo local na linha do «*typical Eastern Indonesian pattern of a lingua franca promoted successively Islam and Dutch colonialism and eventually becoming the mother tongue of a local population*». Mais um argumento a favor da hipótese, a ser rigorosamente verificada por crioulistas, da relação, aqui vislumbrada, entre os crioulos asiáticos de base lexical portuguesa, o de Bidau, passando pelo de

comércio entre os produtos dos habitantes do interior e os dos vindos de fora, de tradução, de testemunho cristão, acolitando os missionários e exibindo nomes latinos, portugueses / castelhanos em Manado, apenas portugueses entre os topazes de Solor, de Larantuca, de Ende (deslocados para Timor até 1856, última migração, de

Lifau, do qual não há testemunhos, e pela sua projecção no Tétum-Díli. Tendo viajado os antropónimos dos euro-asiáticos e escassíssimos portugueses, deslocaram-se, simultaneamente, as línguas usadas pelos seus portadores – crioulos asiáticos de base portuguesa. Este é, em conclusão, um enfatizar do perfil timorense na sua tendência para a criouliização, aliás não alheia à zona.

Gentes mais abertas que as do interior, os topazes, nas suas comunidades, absorveram chineses, escravos de diferente origem, e, sobretudo, tiveram um papel fundamental na génese cultural timorense, a ser verificado e enfatizado. Este papel foi, quanto ao tópico presente, nas suas vertentes linguísticas: i) um léxico cristão; ii) uma antroponímia portuguesa; iii) a criouliização – Lifau, Bidau, Tétum-Díli; iv) a influência do português nas principais línguas autóctones, fornecendo-lhes léxico – e alterações fonológicas no caso, pelo menos, do Tétum Térík e Belu.

<sup>1</sup> G. Hull (2001) classifica o Tétum-Díli como crioulo.

<sup>2</sup> A tradução do Antigo Testamento está a ser feita nesta língua, que foi a do Novo Testamento, de que se leva a cabo segunda versão.

<sup>3</sup> Tão importante que 15 000 timorenses falam Tétum, na Austrália, e 5 000 em Portugal (G. Hull: 2000).

<sup>4</sup> Com a cedência de Malaca à Companhia Inglesa das Índias Orientais, pela Companhia Holandesa, em 1824, desencadeou-se algum movimento migratório para Singapura, como para Penang, Ipoh, Kuala-Lumpur e Seremban, segundo A. Rego (reed. 1998) e A. Baxter (1998), assim se deslocando o crioulo de Malaca para Singapura em data recente. Os casamentos frequentes, observáveis nas inscrições tumulares, entre membros desta comunidade cristã – aliás como das outras – e católicos ingleses, holandeses, chineses, franceses contribuíram para a sobrevivência da bolsa cristã na região, mais do que para a preservação do crioulo, em harmonia com aqueles autores.

<sup>5</sup> Agradeço a J. Mattoso a colaboração na pesquisa do cemitério de Malaca, tanto como ao coveiro e à irmã Nicoline PRR o apoio no levantamento das inscrições no cemitério central de Larantuca. Grata, igualmente, aos miúdos de Sikka que contribuíram para o reconhecimento dos nomes portugueses, de ortografia quase irreconhecível.

<sup>6</sup> Referências várias a depoimentos de navegadores ingleses e holandeses, dos século XVI ao XVIII, confirmam o predomínio de euro-asiáticos, pois coincidem no sentido de veri-

ficarem que, afirmando-se portugueses, não integravam mais que dois (Lifau) a quinze «brancos» (Díli)... (W. Dampier, F. Rosily e O. Forbes, nos séculos XVII, XVIII e XIX respectivamente), segundo L. F. Thomaz (1983; 2001).

## Bibliografia

- A. BAXTER (1990), «Notes on the Creole Portuguese of Bidau», *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 5, pp. 1:38.
- M. J. CARVALHO (2002), «Aspectos Lexicais do Português Usado em Timor Leste», *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. V (prelo).
- M. J. CARVALHO (2002), «Timor Lorosa'e e Direcções Desviantes do Português Conservado / Incompletamente Adquirido na Zona – Contributos para a Aprendizagem da Língua Oficial», *Palavras* (a publicar).
- M. J. CARVALHO (2001), «Notas sobre o Português no Mundo e o Caso Timorense», na abertura da exposição *Tempo da Língua – Universidade Nacional de Timor Lorosa'e*.
- M. J. CARVALHO (2001), «Timor Lorosa'e Características das Línguas Crioulas e do Português Conservado na Zona. Contribuição para a Língua Oficial», *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, 4, pp. 20-36.
- A. FORBES (1887), *Insulinde*, reimp. (1987), *Unbeaten Tracks in Islands of the Far East*, Singapore, Oxford University Press.
- G. HULL (1998), «The Languages of Timor 1772-1997: a Literature Review», in G. Hull e L. Eccles, *Studies in Languages and Cultures of East Timor. 1*. Sydney, University of Western Sydney Macarthur.
- G. HULL «The Basic Lexical Affinities of Timor's Austronesian Languages: a Preliminary Investigation», in G. Hull e L. Eccles, *Studies in Languages and Cultures of East Timor. 1*. Sydney, University of Western Sydney Macarthur.
- G. HULL (2000), *Manual de Língua Tétum para Timor Leste*, Keiraville, Sol Oriens Books.
- G. HULL (2001), *Timor-Leste. Identidade, Língua e Política Educacional* [comunicação ao Congresso do CNRT], Díli, Instituto Camões.
- G. HULL (2001), «O Mapa Linguístico de Timor Leste: uma Orientação Dialectológica», *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, 4, pp. 1-19.
- G. HULL (2001), «A Morphological Overview of the Timoric Sprachbund», *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, 4, pp. 98-204.
- A. REGO (reed. 1998), *Dialecto Português de Malaca e outros Escritos*, Lisboa, CNCDP, (1932-1968).
- T. SETJADININGRAT e R. KUMUDAWATI (2001), «Distinguishing Features of Ambon and Kupang Malay», *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, 4, pp. 61-87.
- M. J. SCHOUTEN (1998), «Quelques Communautés Intermédiaires en Insulinde Orientale». *Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais – século XV a XVIII – Passar as Fronteiras – 1997*.
- L. F. THOMAZ (1983), *A Língua Portuguesa em Timor*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.
- L. F. THOMAZ (2001), «Timor: da proto-história à consolidação do protectorado português», *Oriente*, 1, pp. 39-52.